



ASSOCIAÇÃO DOS  
ENGENHEIROS  
DA PETROBRÁS

JUNHO DE 1992  
Nº 10

## Privatização da Petrobrás é mais explosiva que isonomia

Vilas-Bôas Corrêa – JB 12-5-92

O governo pode abafar o princípio de incêndio no paiol se, como anuncia o ministro da Justiça, Célio Borja, fechar, dentro de um mês, uma fórmula de aceitação consensual que atenda à reivindicação dos militares e do funcionalismo civil para o respeito ao princípio constitucional da isonomia de salário entre os três poderes. Mas, ao mesmo tempo, corre o risco de provocar uma explosão no depósito de munição se insistir em levar seu programa de privatização até a PETROBRÁS.

A observação, que não é nova nem reclama o conhecimento profundo da alma militar para a constatação do arraigado sentimento nacionalista dos quartéis, ganha relevo com o depoimento de Aureliano Chaves, com o peso da sinceridade transparente de suas convicções e o valor de um teste quase que por acaso.

Os notórios incidentes e as atribuições da sua candidatura presidencial, desamparada pelas lideranças do PFL, justificam a amargurada determinação de Aureliano de renunciar à militância partidária. Ao menos enquanto persistir a anarquia de siglas que só se distinguem pela mistura de letras, pois são exatamente idênticas no comportamento ético e na volubilidade dos programas e das posições.

Mas, se não exerce atividade política tradicional, a coerência limpa de uma longa vida pública, que registra a ascensão degrau por degrau, desde a deputação estadual à vice-presidência da República, com trânsito pela Câmara dos Deputados, o governo de Minas e o Ministério das Minas e Energia, explica os convites para palestras que chegam de todo o país.

Ainda agora, compareceu ao auditório do Clube Militar e surpreendeu-se com o interesse suscitado pelo testemunho da sua experiência, atraindo mais de 500 pessoas que o ouviram com a maior atenção, em silêncio só interrompido pelos aplausos à eloquência do orador tarimbado mas, principalmente, em manifestação de entusiástica concordância com as suas colocações.

Pegando o embalo, Aureliano Chaves foi ao fundo do poço da análise crítica da tese da privatização da Petrobrás, sustentada por setores do governo como um item da política de desestatização.

Com a qual, aliás, não se coloca em desacordo. Em termos. Cada caso precisa ser avaliado com exame atento de suas peculiaridades. Quanto à Petrobrás, sua posição é conhecida e terminante.

Talvez sejam menos divulgados os seus argumentos, desenvolvidos com fluência e paixão, na informalidade de uma conversa em roda de amigos. Longa e apaixonada defesa do monopólio estatal, enriquecida pela lembrança de episódios vividos por quem influenciou nos destinos da Petrobrás em diversas oportunidades decisivas. Como é o caso de seu franco diálogo com o presidente George Bush, então vice-presidente do governo Reagan, o qual tomou a iniciativa de argumentar em favor da privatização da Petrobrás.

Ministro das Minas e Energia do governo Sarney, Aureliano foi veemente na sustentação da necessidade do monopólio para a sobrevivência de estatal de país subdesenvolvido.

Não há como sustentar a livre concorrência num setor dominado por sete grandes empresas internacionais, das quais cinco são americanas. Trata-se, portanto, de exemplo clássico de oligo-

pólio. Aureliano lembrou ao atual presidente americano que não há registro, em todo o mundo, de empresa privatizada que tenha suportado à guerrilha da exploração do petróleo. Os dois casos conhecidos de êxito são, em primeiro lugar, a Pemex, do México, e, em segundo, a Petrobrás. Ambas defendidas pelo monopólio.

Bush de lado, Aureliano vai em frente: daríamos uma triste demonstração de incoerência se alterássemos a Constituição para revogar o dispositivo que protege o monopólio estatal da exploração, refino e comercialização do petróleo, depois que o princípio, enquanto estabelecido por lei ordinária, nunca foi contestado.

Ora, o monopólio da PETROBRÁS representa uma conquista popular, que consagrou longa luta de mobilização e conscientização da sociedade. Não é coisa que se altere sem mais nem menos.

Da PETROBRÁS estatal exigiu-se que encontrasse petróleo e atendesse às necessidades de abastecimento do país, libertando a economia da sangria de bilhões de dólares.

Ela vem cumprindo plenamente seus objetivos. Perfurou e encontrou petróleo, descobrindo reservas *off shore*, em impressionante confirmação das conclusões de iluminado congresso de engenheiro, realizado em Ouro Preto, no longínquo 1922. A produção de barris saltou de pouco mais de 100 mil/dia para mais de 800 mil/dia, prometendo atingir, em mais dois a três anos, a meta do milhão de barris diários.

Por que, pergunta Aureliano, revogar o monopólio que está dando certo?

Ele mesmo respondeu para o auditório lotado do Clube Militar. Só em duas hipóteses: por erro primário de avaliação ou por pressão irresistível.

Mas, se o governo está sendo pressionado, a opinião pública precisa ser informada, a questão colocada em debate aberto e real-mente nacional.

Aureliano Chaves não acredita que a Constituição seja emendada para revogar o monopólio estatal do petróleo. Seja através de emenda ou na revisão constitucional prevista para 1993.

E é porque não se tem a preocupação de risco efetivo que o país não está em pé de guerra. Pelo que viu no Clube Militar, a bandeira do "petróleo é nosso" ainda é capaz de incendiar o sentimento nacionalista da sociedade.

De paisanos e de milicos.

### Governo que tem juízo não brinca com pólvora

JB 14/05/92

Dois dias depois do primeiro artigo, Villas-Bôas Corrêa voltou ao tema com o artigo "governo que tem juízo não brinca com pólvora" onde afirma num dos trechos:

"Começemos pelas ressalvas. Collor não delegou ao seu competente e discreto ministro Célio Borja, como tarefa resultante de abordagem do problema na sigilosa reunião das nove, o exame da viabilidade da privatização da PETROBRÁS.

Não se tratou disso, não é do que se cuida. Por enquanto, devidamente alertado, o governo redeia e faz voltas em torno da exploração do gás, apalpando o terreno e buscando informar-se, com precisão, sobre o alcance do monopólio constitucional da União.

Mas, é a tal coisa: quem chega muito perto da fogueira pode acabar chamuscado pelo calor das labaredas".

# Inglêses, PETROBRÁS e monopólio

Alfeu Valença\* – JB 28-02-92

**A** pluralidade de idéias e a confrontação de pensamentos, desde que exercidas com racionalidade, sem emocionalidade e sem fisiologismo, são sempre salutares e devem ser incentivadas como mecanismos imprescindíveis ao aperfeiçoamento do processo decisório, com mais razão e pertinência quando a decisão envolve aspectos econômicos sociais e de segurança nacionais.

Nos últimos tempos a privatização da PETROBRÁS e a extinção do monopólio do petróleo, aqui entendido como óleo e gás natural, têm sido alvo de debates e exposições de opiniões que mais refletem açodamentos, preconceitos, radicalismos e intransigências do que conclusões baseadas em estudos profundos e sérios que fundamentem as argumentações. As posições, até agora, têm sido defendidas de modo radical dentro de uma condenável postura do tipo perde-ganha, ao invés de um proveitoso ganha-ganha para o país.

A certeza de que os temas estão sendo discutidos com pouca profundidade é proveniente da confusão conceitual que está sendo feita entre as duas coisas. O monopólio é da União, e é regido pelo artigo 177 da Constituição, aprovada em 5 de outubro de 1988. A PETROBRÁS foi criada, como empresa de economia mista, para exercer o monopólio, de acordo com a Lei 2.004 de 3 de outubro de 1953. Monopólio e privatização da PETROBRÁS são coisas completamente distintas!

Dito isto, fica óbvio que a PETROBRÁS, tendo sido criada para exercer o monopólio, tem a obrigação legal de zelar pelo mesmo, com o máximo de dedicação e competência. Estaria, no mínimo, sujeita a ser acusada de falsidade ideológica e prevaricação se não o fizesse.

Em nossa avaliação os resultados alcançados ao longo de toda sua existência quando, em nenhum momento, deixou de garantir o abastecimento nacional de combustíveis, apesar de dois "choques" internacionais do petróleo, das crises cambiais, das guerras no Oriente Médio, da alta das taxas dos juros internacionais e da complexa e difícil geologia brasileira (causadora dos insucessos dos contratos de risco), além do desenvolvimento tecnológico em todas as suas áreas de atuação, dizem por si só da maneira competente com que a PETROBRÁS vem cumprindo a missão para a qual foi criada.

Lord Kelvin dizia não acreditar ou aceitar qualquer argumentação que não pudesse ser expressa em números. Não podemos ser tão radicais quanto o físico inglês — até porque a importância dos aspectos sociais, muitas vezes subjetivos, cresceu bastante desde a sua afirmação —, mas não podemos deixar de considerar que assuntos de tamanha importância devem ser tratados como projetos, isto é, com estudos econômicos, projeções, reflexos macro-econômicos, etc, bem como devem ser considerados todos os aspectos sociais e de segurança nacional envolvidos.

Pessoalmente acreditamos que o fim do monopólio, ou a privatização da PETROBRÁS, somente fará sentido se provocar melhorias nos seguintes aspectos: garantia do abastecimento de derivados, redução dos preços dos combustíveis e aumento da con-

tribuição ao desenvolvimento econômico e tecnológico nacional.

Com relação aos preços, louvamos nas palavras do Sr. Robert Draughton, presidente da Shell Brasil que, em 20 de janeiro de 1992, em entrevista concedida após proferir palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro, afirmou que "os investimentos da Shell, sem monopólio, dependerão da transparência dos preços do petróleo e dos seus derivados, que terão que ser alinhados com os preços internacionais". Prosseguindo, disse que "a PETROBRÁS, por ser estatal, é obrigada a vender produtos a preços abaixo do custo, mas a Shell não pode fazer isto". Além disso entende ele que "as companhias estrangeiras terão que ter algumas facilidades para começarem a atuar". Baseados nas declarações do insuspeito executivo inglês concluímos que o fim do monopólio somente será possível com aumento dos preços dos combustíveis em taxas bem maiores do que aquelas que vêm sendo praticadas. Simultaneamente, ficamos curiosos acerca das facilidades que serão pleiteadas...

Olhando os aspectos ligados ao desenvolvimento econômico e tecnológico, vemos a PETROBRÁS atuando como importante agente indutor destas atividades. Com efeito, ela sempre privilegiou as empresas nacionais, atuando conjuntamente com as indústrias de equipamentos e naval, com empresas de consultoria, de engenharia e de serviços, ajudando a criar uma capacitação nacional reconhecida mundialmente. Que falem os empresários brasileiros ligados à indústria do petróleo!

Por atuar do Alto Amazonas até o Rio Grande do Sul, estimulando e facilitando a contratação de pessoal ou de serviços locais, a PETROBRÁS tem tido um papel fundamental no desenvolvimento regional e na melhoria do perfil da distribuição de renda. Contratando e comprando no Brasil mais de 95% das suas necessidades, é incontestável o efeito das suas atividades

como multiplicador da economia nacional. A questão discutida agora é saber se o modelo vigente na condução da atividade petrolífera em nosso País, ainda é o que melhor atende às necessidades da sociedade. Caberá ao Congresso Nacional, e somente a ele, legítimo representante desta sociedade, decidir se caberão ou não mudanças constitucionais ou legislativas que modifiquem a situação atual. Do confronto das argumentações com certeza surgirão as decisões que melhor atendam aos reais interesses do Brasil.

Outros tópicos, complementares aos comentários, tais como remessa de lucros, geração de empregos, desenvolvimento de recursos humanos, segurança nacional, produção predatória, cartelização, desenvolvimento tecnológico, postura em relação a crises internacionais, prioridade ao lucro, etc. devem fazer parte dos estudos que definirão vantagens e desvantagens do monopólio, servindo como subsídios aos congressistas para que qualquer decisão que venha a ser tomada, seja a melhor para o Brasil e, em consequência, aceita, acreditada e respeitada.

\* Ex-presidente da PETROBRÁS.

